



Agência para a Gestão do Sistema Intermodal
da Região de Coimbra, EIM, SA

AJUSTE DIRETO

CONVITE

**ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA E CONSULTORIA PARA A IMPLEMENTAÇÃO
DO SISTEMA DE BILHÉTICA INTERMODAL**

O Conselho de Administração da AGIT, convida V. Exas. a apresentar proposta para a prestação de serviços de **Assessoria Técnica Especializada e Consultoria para a Implementação do Sistema de Bilhética Intermodal**, nos termos e condições que se dispõe em seguida.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO

O presente procedimento tem por objeto a apresentação de propostas para a prestação de serviços **Assessoria Técnica Especializada e Consultoria para a Implementação do Sistema de Bilhética Intermodal**, de acordo com o especificado no Caderno de Encargos (CPV: 71311200-3 Serviços de consultoria em sistemas de transportes), ao abrigo do procedimento de ajuste direto ao abrigo do setor especial dos transportes, previsto nos termos do n.º 1, al. a) e al. b), iv), do artigo 11.º do Código dos Contratos Públicos, não tendo valor igual ou superior ao limiar referido na al. b) do n.º 4 do artigo 474.º do referido Código.

2. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante é AGIT - Agência para a Gestão do Sistema Intermodal da Região de Coimbra, EIM, SA, adiante designada por AGIT, com instalações em Praça do Comércio, n.º 67, 3000 - 116 Coimbra; e-mail: geral@agit.pt.

3. ÓRGÃO COMPETENTE PARA A DECISÃO DE CONTRATAR

3.1. O órgão competente para a decisão de contratar e autorizar a despesa do presente procedimento é o Conselho de Administração da AGIT, nos termos do n.º 1 do art.º 36.º do Código dos Contratos Públicos.

3.2 A decisão de contratar foi tomada pelo Conselho de Administração da AGIT, por deliberação datada de 14/03/2025.

4. FUNDAMENTO DA ESCOLHA DO PROCEDIMENTO POR AJUSTE DIRETO

O presente convite é efetuado ao abrigo do disposto no n.º 1, al. a) e al. b), iv), do artigo 11.º do Código dos Contratos Públicos, não tendo valor igual ou superior ao limiar referido na al. b) do n.º 4 do artigo 474.º do referido Código.

5. OBJECTO DO PROCEDIMENTO

O procedimento destina-se à escolha de entidade para a celebração de um contrato de **“Assessoria Técnica Especializada e Consultoria para a Implementação do Sistema de Bilhética Intermodal”** para um período de 12 meses.

6. DOCUMENTOS PROCEDIMENTAIS

Atento o disposto nos artigos 38.º; 40.º, n. os 1, al. a), e 2; 42.º e 115.º do CCP, constituem documentos procedimentais para o presente ajuste direto: A - o presente Convite e respetivo Anexo (Declaração nos termos do modelo constante do Anexo I ao Código dos Contratos Públicos); B - o Caderno de Encargos (Parte I - Cláusulas Gerais e Parte II - Cláusulas Técnicas) e respetivos anexos.

7. DOCUMENTOS QUE DEVEM CONSTITUIR A PROPOSTA

7.1. A proposta deve incluir os documentos enunciados em seguida, de apresentação obrigatória:

- a) Declaração do proponente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao presente Convite.
- b) Declaração modelo de Proposta de Preço (Anexo II ao presente Convite).
- c) Quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos do estabelecido na alínea b) anterior, à luz do disposto no n.º 3 do artigo 57.º do CCP.

7.2 Os documentos devem ser assinados pelo concorrente ou representante que tenha poderes para o obrigar devendo ser junta certidão do registo comercial ou código de “certidão permanente” que permita comprovar esses poderes e obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, salvo

se pela sua natureza ou origem, estiverem redigidos em língua estrangeira, caso em que são acompanhados de tradução devidamente legalizada que prevalece sobre os originais.

8. IDIOMA DOS DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM AS PROPOSTAS

Todos os documentos que constituem as propostas são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

9. APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS VARIANTES

Não é admitida a apresentação de propostas variantes

10. PREÇO BASE

O preço base, para o período máximo de vigência do contrato (12 meses), é de 48 000€ (quarenta e oito mil euros), valor a que acresce o Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor.

11. INDICAÇÃO DO PREÇO

11.1 Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e não incluem o IVA.

11.2 Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.

11.3 Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

12. MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

A proposta, integrada por todos os documentos que a acompanha, deve ser apresentada diretamente na plataforma eletrónica utilizada pela AGIT, com o endereço www.acingov.pt.

13. DATA-LIMITE PARA A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

A proposta deverá ser entregue até às 23 horas e 59 minutos do 5º dia contados da data de envio do convite.

14. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

O prazo de validade das propostas é de 90 dias, contados da data da respetiva entrega.

15. ESCLARECIMENTOS SOBRE A PROPOSTA

A AGIT pode pedir aos proponentes esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito de análise da mesma.

16. NEGOCIAÇÃO

A proposta apresentada não será objeto de negociação.

17. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

17.1 Para efeitos de adjudicação, o adjudicatário deve apresentar os documentos de habilitação referidos no artigo 81º do CCP.

17.2 Tendo em conta o previsto na alínea b), do nº1, do artigo 37º da Lei nº 89/2017, de 21 de agosto, apresentação de comprovativo de posse do Registo Central do Beneficiário Efetivo.

18. SUPRESSÃO DE IRREGULARIDADES

Será concedido o prazo de 5 (cinco) dias para a supressão de eventuais irregularidades detetadas nos documentos de habilitação que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos.

19. CAUÇÃO

19.1 Nos termos do disposto no n.º 2 alínea a) do artigo 88.º do CCP, não é exigível a prestação de caução.

19.2 O adjudicatário deve, no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação prevista no n.º 2 do artigo 77.º do CCP, confirmar, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.

20. ADJUDICAÇÃO E MINUTA DO CONTRATO

A proposta de adjudicação e a minuta do contrato serão notificadas ao adjudicatário para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, se pronunciar sobre a minuta do contrato a celebrar.

21. PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

O prazo de execução é o especificado no Caderno de Encargos.

22. DESPESAS E ENCARGOS

As despesas e encargos inerentes ao procedimento, em particular, as inerentes à elaboração da proposta, à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do adjudicatário.

23. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o omissso no presente convite observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, na redação vigente, e demais legislação aplicável.

ANEXOS:

- ANEXO I (DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO CADERNO DE ENCARGOS)
- ANEXO II (MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO)

Coimbra, 14 de março de 2025

O Presidente do Conselho de Administração

Dr. Emílio Torrão

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO CADERNO DE ENCARGOS

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽³⁾:

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em



Agência para a Gestão do Sistema Intermodal
da Região de Coimbra, EIM, SA

qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura ⁽⁴⁾].

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

.....(indicar nome do concorrente), com sede em pessoa coletiva n.º....., matriculada na Conservatória do registo Comercial de, sob o número....., com o capital social de depois de ter tomado conhecimento do objeto da prestação de serviços **“Assessoria Técnica Especializada e Consultoria para a Implementação do Sistema de Bilhética Intermodal”**, obriga-se a executar o referido fornecimento, em cumprimento do Caderno de Encargos, declarando aceitar, sem reserva, todas as suas cláusulas, pela quantia global de(por algarismos e por extenso).

O prazo de execução do contrato é de 365 dias.

Às quantias suprarreferidas acresce o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

..... (localidade), (dia) de (mês) de (ano)

REPRESENTANTE LEGAL DO ADJUDICATÁRIO